

---

## 1. Da expansão comercial à empresa agrícola

A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica — como fora o caso da Grécia — ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força — caso das migrações germânicas em direção ao ocidente e ao sul da Europa. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século.<sup>1</sup>

1. O desenvolvimento econômico de Portugal no século XV — a exploração da costa africana, a expansão agrícola nas ilhas do Atlântico e finalmente a abertura da rota marítima das Índias Orientais — constitui um fenômeno autônomo

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A lenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações européias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha — a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo — tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes, seja como ponto de partida

na expansão comercial européia, em grande parte independente das vicissitudes crescentes criadas ao comércio do Mediterrâneo oriental pela penetração otomana. A produção de açúcar na Madeira e São Tomé alcançou seus pontos altos na segunda metade do século xv, época em que os venezianos ainda conservavam intactas suas fontes de abastecimento nas ilhas do Mediterrâneo oriental. O mesmo se pode dizer do comércio das especiarias das Índias, pois a ocupação do Egito — entreposto principal — pelos turcos só ocorreu um quarto de século depois da viagem de Vasco da Gama. A imediata consequência da abertura da nova rota foi uma brusca queda dos preços das especiarias: os venezianos passaram a comprar pimenta em Lisboa pela metade do preço que pagavam aos árabes em Alexandria. Veja-se sobre este ponto FREDDY THIRIET, *Histoire de Venise*, Paris, 1952, p. 104. O grande feito português, eliminando os intermediários árabes, antecipando-se à ameaça turca, quebrando o monopólio dos venezianos e baixando o preço dos produtos, foi de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento comercial da Europa. Sobre as causas do início da expansão marítima portuguesa, veja-se o lúcido estudo de ANTÔNIO SÉRGIO, *A conquista de Ceuta, Ensaios*, tomo I, 2ª ed., Coimbra, 1949.

para descobertas compensatórias, seja como plataforma para atacar os espanhóis. Não fora a miragem desses tesouros, de que, nos primeiros dois séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e ocupação do continente teriam progredido muito mais lentamente.

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. Dessa forma, quando, por motivos religiosos, mas com apoio governamental, os franceses organizam sua primeira expedição para criar uma colônia de povoamento nas novas terras — aliás a primeira colônia de povoamento do continente —, é para a costa setentrional do Brasil que voltam as vistas. Os portugueses acompanhavam de perto esses movimentos e até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil. Contudo tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil — à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses — pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas. Sem embargo, os recursos de que dispunha Portugal para colocar improdutivamente no Brasil eram limitados e dificilmente teriam sido suficientes para defender as novas terras por muito tempo. A Espanha, cujos recursos eram incomparavelmente superiores, teve que ceder à pressão dos invasores em grande parte das terras que lhe cabiam pelo Tratado de Tordesilhas. Para tornar mais efetiva a defesa de seu quinhão, foi-lhe necessário reduzir o perímetro deste. Demais, fez-se indispensá-

vel criar colônias de povoamento de reduzida importância econômica — como no caso de Cuba — com fins de abastecimento e de defesa. Fora das regiões ligadas à grande empresa militar-mineira espanhola, o continente apresentava escasso interesse econômico, e defendê-lo de forma efetiva e permanente constituiria sorvedouro enorme de recursos. O comércio de peles e madeiras com os índios, que se desenvolve durante o século XVI em toda a costa oriental do continente, é de reduzido alcance e não exige mais que o estabelecimento de precárias feitorias.

Os traços de maior relevo do primeiro século da história americana estão ligados a essas lutas em torno de terras de escassa ou nenhuma utilização econômica. Espanha e Portugal se creem com direito à totalidade das novas terras, direito esse que é contestado pelas nações européias em mais rápida expansão comercial na época: Holanda, França e Inglaterra. A Espanha recolhe de imediato pingues frutos que lhe permitem financiar a defesa de seu rico quinhão. Contudo, tão grande é este e tão inúteis lhe parecem muitas das novas terras, que decide concentrar seu sistema de defesa em torno ao eixo produtor de metais preciosos, México—Peru. Esse sistema de defesa estendia-se da Flórida à embocadura do rio da Prata. Ainda assim, e não obstante a abundância dos recursos de que dispunha, a Espanha não conseguiu evitar que seus inimigos penetrassem no centro mesmo de suas linhas de defesa, as Antilhas. Essa cunha antilhana foi de início uma operação basicamente militar.<sup>2</sup> Contudo, nos séculos seguintes ela terá enorme importância econômica, como veremos mais adiante.

2. O povoamento das Antilhas pelos franceses "fut envisagé d'abord sous l'angle de défense coloniale et attaque en Amérique espagnole". \* LEON VIGNOLES, "Les Antilles françaises sous l'ancien régime", *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, nº 1, 1928, p. 34.

\* Os trechos citados em idioma estrangeiro, tanto no corpo do texto como nas notas de rodapé, encontram-se traduzidos em apêndice no final deste volume, p. 337. (N. E.)

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. Este problema foi discutido amplamente e em alto nível, com a interferência de gente — como Damião de Góis — que via o desenvolvimento da Europa contemporânea a partir de uma ampla perspectiva. Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa — idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais —, a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala na Europa. O principal produto da terra — o trigo — dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados — em razão da insegurança no transporte a grandes distâncias — que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento.<sup>3</sup> Se seus

3. "Brazil was the first of the European settlements in America to attempt the cultivation of the soil." *The Cambridge modern history*, Cambridge, 1909, vol. VI, p. 389. É sabido que os espanhóis nas Antilhas e no México tentaram empreendimentos agrícolas com anterioridade aos portugueses. Sem embargo, esses empreendimentos não passaram do estágio experimental.

esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras no Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande, e — excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro — dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América.

## 2. Fatores do êxito da empresa agrícola

Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto.<sup>4</sup>

4. A técnica de produção do açúcar era relativamente difundida no Mediterrâneo, pois desde a Síria até a Espanha se produzia esse artigo por toda parte, se

A significação maior da experiência das ilhas do Atlântico foi possivelmente no campo comercial. Tudo indica que o açúcar português inicialmente entrou nos canais tradicionais controlados pelos comerciantes das cidades italianas.<sup>5</sup> A baixa de preços que tem lugar no último quartel do século XV leva a crer, sem embargo, que esses canais não se ampliaram na medida requerida pela expansão da produção. A crise de superprodução dessa época indica claramente que nas áreas comerciais estabelecidas tradicionalmente pelas cidades mediterrâneas o açúcar não podia ser absorvido senão em escala relativamente limitada. Ocorre, entretanto, que uma das conseqüências principais da entrada da produção portuguesa no mercado fora a ruptura do monopólio que mantinham os venezianos do acesso às fontes de produção. Desde cedo a produção portuguesa passa a ser encaminhada em proporção considerável para Flandres. Quando em 1496 o governo português, sob a pressão da baixa de preço, deci-

bem que em escala reduzida. Contudo, a produção de um artigo de primeira classe, como o que se obtinha em Chipre, envolvia segredos técnicos. O fato de que haja referência a um genovês como principal produtor na Madeira indica que os italianos — na época senhores da produção e do comércio do açúcar — estiveram presentes na expansão agrícola das ilhas portuguesas do Atlântico. Os segredos da técnica de refinação foram conservados muito mais zelosamente: ainda em 1612 o Conselho de Veneza — cidade que durante muito tempo havia monopolizado a refinação de todo o açúcar que se consumia na Europa — proibiu a exportação de equipamentos, técnicos e capitais ligados a essa indústria. Veja-se NOEL DEER, *The history of sugar*, Londres, 1949, tomo I, p. 100, e tomo II, p. 452.

5. O fato de que hajam surgido refinarias fora de Veneza na época em que se expande a produção portuguesa — em Bolonha, por exemplo, a partir de 1470 — pareceria indicar a ruptura do monopólio dos venezianos por essa época. A forte queda de preços que se observa no último decênio do século talvez seja uma conseqüência da passagem de um mercado de monopólio para um de concorrência.

diu restringir a produção, a terça parte desta já se encaminhava para os portos flamengos.<sup>6</sup>

A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdam. Os flamengos recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra.<sup>7</sup>

A contribuição dos flamengos — particularmente a dos holandeses — para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. Se se têm em conta, por um lado, as grandes dificuldades encontradas inicialmente para colocar a pequena produção da Madeira, e por outro, a estupenda expansão subsequente do mercado, que absorveu com preços firmes a grande produção brasileira, torna-se

6. D. Manuel I fixou, em 1496, a produção máxima em 120 mil arrobas, das quais 40 mil para Flandres, 16 mil para Veneza, 13 mil para Gênova, 15 mil para Quios e 7 mil para a Inglaterra. HENRIQUE DA GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal*, Lisboa, 1777, IV, cap. V. Citado por NOEL DEER, *op. cit.*, I, p. 101.

7. "The date at which the first refinery was built [em Antuérpia] is not on record, but it must have been soon after the beginning of the sixteenth century. [...] By 1550 there were thirteen refineries, increased by 1556 to nineteen. [...] After the enforced closing down of the Antwerp refineries the Continental trade moved to Amsterdam. [...] By 1587 there is ample evidence that a number of refineries were working, of which some had been established by refugees from Antwerp." NOEL DEER, *op. cit.*, II, p. 453.

evidente a importância da etapa comercial para o êxito de toda a empresa açucareira.

E não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava. O menos que se pode admitir é que, uma vez demonstrada a viabilidade da empresa e comprovada sua alta rentabilidade, a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva.<sup>8</sup>

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. A possibilidade de reduzir os custos retribuindo com terras o tra-

8. Se se tem em conta que os holandeses controlavam o transporte (inclusive parte do transporte entre o Brasil e Portugal), a refinação e a comercialização do produto, depreende-se que o negócio do açúcar era na realidade mais deles que dos portugueses. Somente os lucros da refinação alcançavam aproximadamente a terça parte do valor do açúcar em bruto. Ver sobre esse ponto NOEL DEER, *op. cit.*, II, p. 453.

balho que o colono realizasse durante um certo número de anos não apresentava atrativo ou viabilidade, pois, sem grandes concentrações de capital, as terras praticamente não tinham valia econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal, particularmente nessa etapa de magnífico florescimento da empresa das Índias Orientais. Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes, nos tempos de d. Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável.<sup>9</sup>

Cada um dos problemas referidos — técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra — pôde ser resolvido no tempo oportuno, independentemente da existência de um plano geral preestabelecido. O que importa ter em conta é que houve um conjunto de circunstâncias favoráveis sem o qual a empresa não teria conhecido o enorme êxito que alcançou. Não há dúvida de que por trás de tudo estavam o desejo e o empenho do governo português de conservar a parte que lhe cabia

9. A idéia de utilizar a mão-de-obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização. O vulto dos capitais imobilizados que representava a importação de escravos africanos só permitiu que se cogitasse dessa solução alternativa quando o negócio demonstrou que era altamente rentável. Contudo, ali onde os núcleos coloniais não encontravam uma base econômica firme para expandir-se, a mão-de-obra indígena desempenhou sempre um papel fundamental.

das terras da América, das quais sempre se esperava que um dia sairia o ouro em grande escala. Sem embargo, esse desejo só poderia transformar-se em política atuante se encontrasse algo concreto em que se apoiar. Caso a defesa das novas terras houvesse permanecido por muito tempo como uma carga financeira para o pequeno reino, seria de esperar que tendesse a relaxar-se. O êxito da grande empresa agrícola do século XVI — única na época — constituiu portanto a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas. No século seguinte, quando se modifica a relação de forças na Europa com o predomínio das nações excluídas da América pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal já havia avançado enormemente na ocupação efetiva da parte que lhe coubera.

### 3. Razões do monopólio

Os magníficos resultados financeiros da colonização agrícola do Brasil abriram perspectivas atraentes à utilização econômica das novas terras. Sem embargo, os espanhóis continuaram concentrados em sua tarefa de extrair metais preciosos. Ao aumentar a pressão de seus adversários, limitaram-se a reforçar o cordão de isolamento em torno do seu rico quinhão. As terras onde estavam concentrados se singularizavam na América por serem densamente povoadas. Na verdade, a empresa colonial espanhola tinha como base a exploração dessa mão-de-obra. A Espanha não chegou a interessar-se em fomentar um intercâmbio com as colônias ou entre estas. A forma como estavam organizadas as relações entre Metrópole e colônias criava uma permanente escassez de meios de transporte; e era a causa de fretes excessivamente elevados.<sup>10</sup> A política espanhola estava orientada

10. As Leis das Índias impediam rigorosamente a entrada de barcos não espanhóis nos portos americanos e limitavam o tráfego com a Espanha ao porto de Sevilha. Para esse porto partia da América anualmente apenas uma frota, na

no sentido de transformar as colônias em sistemas econômicos o quanto possível auto-suficientes e produtores de um excedente líquido — na forma de metais preciosos — que se transferia periodicamente para a Metrópole. Esse fluxo de metais preciosos alcançou enormes proporções relativas e provocou profundas transformações estruturais na economia espanhola. O poder econômico do Estado cresceu desmesuradamente, e o enorme aumento no fluxo de renda gerado pelos gastos públicos — ou por gastos privados subsidiados pelo governo — provocou uma crônica inflação que se traduziu em persistente déficit na balança comercial. Sendo a Espanha o centro de uma inflação que chegou a propagar-se por toda a Europa, não é de estranhar que o nível geral de preços haja sido persistentemente mais elevado nesse país que em seus vizinhos, o que necessariamente teria de provocar um aumento de importações e uma diminuição de exportações.<sup>11</sup> Em conseqüência, os metais preciosos que a Espanha recebia da América sob a forma de transferências unilaterais provocavam um fluxo de importação de efeitos negativos sobre a produção interna e altamente estimulante para as demais eco-

---

qual dificilmente se podia obter praça. Mesmo na época em que Portugal estava ligado à Espanha, os equipamentos para os engenhos açucareiros que se fabricavam em Lisboa tinham que transportar-se a Sevilha para serem embarcados a altos fretes para as colônias espanholas. Veja-se RAMIRO GUERRA Y SANCHEZ, *Azúcar y población en las Antillas*, La Habana, 1944, 3ª ed., p. 50.

11. Os estudos realizados por J. HAMILTON sobre o abastecimento da frota em Sevilha puseram amplamente em evidência que o mesmo se fazia em grande parte com mercadorias importadas, seja manufaturas, seja alimentos. Veja-se, entre vários trabalhos desse autor, *American treasure and the price revolution in Spain, 1501-1610*, Cambridge, Mass., 1934. A luta pela conquista do mercado espanhol passou a ser um objetivo comum dos demais países europeus. COLBERT mesmo escreveu: "*Plus chacun Etat a du commerce avec les Espagnols plus il a d'argent*". Veja-se E. LEVASSEUR, *Histoire du commerce de la France*, Paris, 1911, tomo I, p. 413.

nomias européias. Por outro lado, a possibilidade de viver direta ou indiretamente de subsídios do Estado fez crescer o número de pessoas economicamente inativas, reduzindo a importância relativa na sociedade espanhola e na orientação da política estatal dos grupos dirigentes ligados às atividades produtivas.

A decadência econômica da Espanha prejudicou enormemente suas colônias americanas. Fora da exploração mineira, nenhuma outra empresa econômica de envergadura chegou a ser encetada. As exportações agrícolas de toda a imensa região em nenhum momento alcançaram importância significativa em três séculos de vida do grande império colonial. O abastecimento de manufaturas das grandes massas de população indígena continuou a basear-se no artesanato local, o que retardou a transformação das economias de subsistência preexistentes na região. Não fora o retrocesso da economia espanhola — particularmente acentuado no século XVII<sup>12</sup> —, e a exportação de manufaturas de produção metropolitana para as colônias teria necessariamente evoluído, dando lugar a vínculos econômicos de natureza bem mais complexa que a simples transferência periódica de um excedente de produção sob a forma de metais preciosos. O consumo de manufaturas européias pelas densas populações da meseta mexicana e do altiplano andino teria criado a necessidade de uma contrapartida de exportações de produtos locais, seja para consumo na Espanha, seja para reexportação. Um intercâmbio

12. A indicação mais clara dessa decadência se traduz no fato de que entre os censos de 1594 e 1694 a população do país diminuiu 25 por cento. "*Almost all manufacturing cities suffered a catastrophic decline in population [...]; Valladolid, Toledo and Segovia, for example, lost more than half of their inhabitants.*" Pela metade do século XVII, Francisco Martinez Mata observava o desaparecimento de inúmeras corporações, inclusive as de trabalhadores do ferro, aço, cobre, estanho e enxofre. Veja-se J. HAMILTON, "The decline of Spain", in *Essays in economic history*, Londres, 1954, p. 218.

desse tipo provocaria necessariamente transformações nas estruturas arcaicas das economias indígenas e possibilitaria maior penetração de capitais e técnica europeus.

Houvesse a colonização espanhola evoluído nesse sentido, e muito maiores teriam sido as dificuldades enfrentadas pela empresa portuguesa para vencer. A abundância de terras da melhor qualidade para produzir açúcar de que dispunha — terras essas bem mais próximas da Europa —, a barateza de uma mão-de-obra indígena mais evoluída do ponto de vista agrícola,<sup>13</sup> bem como o enorme poder financeiro concentrado em suas mãos, tudo indica que os espanhóis podiam ter dominado o mercado de produtos tropicais — particularmente o do açúcar<sup>14</sup> — desde o século XVI. A razão principal de isso não ter acontecido foi, muito provavelmente, a própria decadência econômica da Espanha. Não existindo por trás um fator político — como ocorreu em Portugal —, o desenvolvimento de linhas de exportação de produtos agrícolas americanos teria que ser provocado por grupos econômicos poderosos, interessados em vender seus produtos nos mercados coloniais. Seria de esperar que os produtores de manufaturas liderassem esse movimento, não fora a decadência em que entrou esse setor na etapa das grandes importações de metais preciosos e da concentração da renda em mãos do Esta-

13. As populações indígenas mais evoluídas do ponto de vista agrícola eram as das terras altas do México e dos Andes, e não se habituaram facilmente ao trabalho nas plantações de cana, localizadas em terras baixas e úmidas. Por essa razão a mão-de-obra negra também foi introduzida nos engenhos de açúcar instalados para abastecer as populações dessas regiões. A densa população das Antilhas, que poderia ter servido de base para o desenvolvimento agrícola da região, foi em grande parte transferida para o trabalho nas minas, em condições climáticas distintas, desaparecendo em grande escala.

14. A exportação de açúcar pelas colônias americanas estava proibida para evitar concorrência, no mercado interno da Espanha, à pequena produção que se obtinha na Andaluzia.

do espanhol. Cabe portanto admitir que um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos.

## 4. Desarticulação do sistema

O quadro político-econômico dentro do qual nasceu e progrediu de forma surpreendente a empresa agrícola em que assentou a colonização do Brasil foi profundamente modificado pela absorção de Portugal na Espanha. A guerra que contra este último país promoveu a Holanda,<sup>15</sup> durante esse período, repercutiu

15. As terras compreendidas atualmente pela Holanda, a Bélgica e parte do norte da França eram conhecidas, no começo dos tempos modernos, pela designação geral de *Nederlanden*, isto é, Países Baixos. Quando as sete províncias setentrionais — entre as quais se destacavam a Holanda e a Zelândia — conquistaram sua independência, em fins do século XVI, as demais passaram a chamar-se Países Baixos *espanhóis* e, a partir do século XVIII, *austriacos*. A parte independente chamou-se então Províncias Unidas, prevalecendo subsequente-mente o nome Holanda. A independência das Províncias Unidas data, oficialmente, de 1579 (União de Utrecht), mas a guerra com a Espanha continuou pelos trinta anos seguintes, até a trégua de doze anos firmada em 1609. Dessa forma, os flamengos das Províncias Unidas, que haviam desenvolvido enormemente o comércio com Portugal quando estavam submetidos à Espanha, foram obrigados a abandoná-lo quando adquiriram a independência, pois no ano seguinte a Espanha ocupava Portugal.

profundamente na colônia portuguesa da América. No começo do século XVII os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar.<sup>16</sup> Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por outro lado, estes de nenhuma maneira pretendiam renunciar à parte substancial que tinham nesse importante negócio, cujo êxito fora em boa parte obra sua. A luta pelo controle do açúcar torna-se, destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra a Espanha. E um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos batavos, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil.<sup>17</sup>

16. "It is now safe to assume that practical monopoly of European transport and commerce which the Dutch established in the early seventeenth century by reason of their geographical position, their superior commercial organization and technique, and the economic backwardness of their neighbours, stood intact until about 1730." C. H. WILSON, "The economic decline of the Netherlands", in *Essays in economic history*, Londres, 1954, p. 254.

17. No período anterior à trégua de 1609 os holandeses abriram grandes brechas no império português das Índias Orientais, ao mesmo tempo que continuavam a recolher o açúcar em Lisboa usando vários subterfúgios, principalmente a convivência dos próprios portugueses, que viam nos flamengos o inimigo do espanhol ocupante do país. Durante a trégua de doze anos a penetração holandesa aumentou, estendendo-se ao comércio diretamente com o Brasil. "It was during the truce of 1609-21 that their trade with Brasil expanded greatly, despite the Spanish crown's explicit and reiterated prohibitions of foreign trade with the colony. A representation of Dutch merchants concerned in this business, which was submitted to the States General in 1622, explains how this enviable position had been achieved. Dutch trade with Brazil had always been driven through the intermediary of many good and honest portuguese mostly living at Vianna and 'O Porto', who, after the first formal prohibition of Dutch participation in this trade in 1594, had spontaneously offered to continue it under cover of their names and flag. [...] The magistrate of Vianna do Castelo, in particular, had always 'tipped-off' the local Dutch Factors and their agents as to 'how they could guard themselves against damage from the Spaniards'. [...] The Dutch merchants estimated that they had

As conseqüências da ruptura do sistema cooperativo anterior serão, entretanto, muito mais duradouras que a ocupação militar. Durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. A partir desse momento, estaria perdido o monopólio que nos três quartos de século anteriores se assentara na identidade de interesse entre os produtores portugueses e os grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu. No terceiro quartel do século XVII os preços do açúcar estarão reduzidos à metade e persistirão nesse nível relativamente baixo durante todo o século seguinte.

A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno de 1650. E essas reduzidas exportações se liquidavam a preços que não superavam a metade daqueles que haviam prevalecido na etapa anterior. Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época. A depreciação, com respeito ao ouro, da moeda portuguesa observada nessa época é praticamente das mesmas proporções, o que indica claramente a enorme impor-

*secured between one-half and two-thirds of the carrying-trade between Brazil and Europe.*" C. R. BOXER, *The Dutch in Brazil*, Oxford, 1957, p. 20 [*Os holandeses no Brasil: 1624-1654*, Recife, Editora de Pernambuco, 2004]. Reiniciada a guerra com a Espanha, os holandeses empreenderam a ocupação militar da colônia açucareira, a qual, em vários aspectos, estava financeira e economicamente integrada com as Províncias Unidas.

tância para a balança de pagamentos de Portugal que tinha o açúcar brasileiro. Fora Portugal o principal abastecedor da colônia, e essa desvalorização significaria uma importante transferência de renda real em benefício do núcleo colonial. Mas, como é sabido, por essa época o Brasil se abastecia principalmente de manufaturas que os portugueses recebiam de outros países europeus. Demais, como os artigos de produção interna que Portugal exportava para o Brasil eram, via de regra, os mesmos que exportava para outras partes, o mais provável é que seus preços estivessem fixados em ouro. Sendo assim, as transferências de renda provocadas pela desvalorização revertiam principalmente em benefício dos exportadores metropolitanos portugueses.<sup>18</sup>

18. A depreciação da moeda portuguesa com respeito ao ouro era uma consequência natural da redução substancial no valor real das exportações, decorrente da queda de preços e contração do volume do açúcar vendido. A depreciação minorava os prejuízos dos comerciantes que tinham capitais empatados nos negócios do açúcar, permitindo que esses negócios continuassem operando. Se outros fatores (a descoberta do ouro, meio século antes, por exemplo) houvessem impedido a depreciação, muito mais profunda teria sido a decadência das regiões açucareiras na segunda metade do século XVII.

## 5. As colônias de povoamento do hemisfério norte

O principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais. O advento dessa economia decorreu, em boa medida, do debilitamento da potência militar espanhola na primeira metade do século XVII, debilitamento esse observado de perto pelas três potências cujo poder crescia na mesma época: Holanda, França e Inglaterra. A idéia de apoderar-se da rica presa, que era o quinhão espanhol da América, estava sempre presente nesses países, e se não chegou a concretizar-se em maior escala foi graças às rivalidades crescentes entre a Inglaterra e a França. Estes dois países trataram de apoderar-se das estratégicas ilhas do Caribe para nelas instalar colônias de povoamento com objetivos militares. “*On n'eut dans les débuts*”, diz um autor francês, “*qu'une idée maîtresse: conquête des terres à métaux précieux ou, à défaut, des terres donnant accès à celles-là.*”<sup>19</sup>

19. LÉON VIGNOLES, *op. cit.*, *loc. cit.*

Franceses e ingleses se empenham, assim, no começo do século XVII, em concentrar nas Antilhas importantes núcleos de população européia, na expectativa de um assalto em larga escala aos ricos domínios da grande potência enferma desse século. Referindo-se aos objetivos de Richelieu com respeito à colonização da Martinica, observa um historiador francês: “*Il devenait urgent d'avoir au plus tôt une forte milice et qu'elle fût durable. C'est de ce principe que l'on part et à ce principe que l'on s'accroche: il faut aux îles des colons nombreux, cultivateurs et soldats.*”<sup>20</sup> Em razão de seus objetivos políticos, essa colonização deveria basear-se no sistema da pequena propriedade. Os colonos eram atraídos com propaganda e engodos, ou eram recrutados entre criminosos, ou mesmo seqüestrados.<sup>21</sup> A cada um se atribuía um pedaço de terra limitado que deveria ser pago com o fruto de seu trabalho futuro.

As Antilhas inglesas se povoaram com maior rapidez que as francesas e com menos assistência financeira do governo, provavelmente devido à maior facilidade de recrutamento de colonos que apresentavam as Ilhas Britânicas. O século XVII foi uma etapa de grandes transformações sociais e de profunda intranqüilidade política e religiosa nessas ilhas. Nos três quartos de século que antecederam ao *Toleration Act* (Lei da Tolerância) de 1689 a intolerância política e religiosa deu origem a importantes desloca-

20. J.-B. DELAWARDE, *Les défricheurs et les petits colons de la Martinique au XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1935, p. 30.

21. Em alguns casos também se realizaram transferências em massa de populações rebeldes. Com respeito aos irlandeses revoltados, Cromwell deu a seguinte ordem: “*When they submitted these officers were knocked on the head, and every tenth man of the soldiers killed, and the rest shipped for Barbados.*” Veja-se V. T. HARLOW, *A history of Barbados*, Oxford, 1926, p. 295. “*Political criminals, prisoners of war, vagabonds, children of vagabonds were carried to America by merchants under contract with the government. Others were kidnapped, or induced to go under false pretenses.*” JULIUS ISAAC, *Economics of migration*, Londres, 1947, p. 17.

mentos de população dentro das ilhas e para o exterior.<sup>22</sup> Esses movimentos de população provocados por fatores religiosos e políticos estão intimamente ligados ao início da expansão colonizadora inglesa da primeira metade do século XVII, mas de nenhuma forma explicam esta última. O transporte de populações através do Atlântico requeria na época vultosas inversões. Sem embargo, o fato de que importantes grupos de população estivessem dispostos a aceitar as mais duras condições para emigrar criou a possibilidade de exploração de mão-de-obra européia em condições relativamente favoráveis. Organizam-se importantes companhias com o objetivo de financiar o traslado desses grupos de população, as quais conseguem amplos privilégios econômicos sobre as colônias que chegassem a fundar. Somente em casos excepcionais e com objetivos militares explicitamente declarados — como ocorreu na Geórgia já em pleno século XVIII — o governo inglês tornará a seu cargo o financiamento do traslado da população colonizadora.

A colonização de povoamento que se inicia na América no século XVII constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão-de-obra européia que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas Ilhas Britânicas. Ao contrário do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que se viram afligidos por uma permanente escassez de mão-de-obra quando iniciaram a ocupação da Amé-

22. "The English settlements developed in the course of the seventeenth century owe their existence mainly to the immigration of refugees from religious or political intolerance who left Britain before the Toleration Act of 1689. Puritans founded the first successful settlement in New England in 1620. English Dissenters established settlements in Massachusetts, where the Massachusetts Bay Company had been granted a charter in 1629. Refugee immigration brought about the founding of Connecticut in 1633 and of Rhode Island in 1636. At about the same time discontented Catholics turned to the West Indies, where the Earl of Carlisle had received a charter." JULIUS ISAAC, *op. cit.*, p. 16.

rica, a Inglaterra do século XVII apresentava um considerável excedente de população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior.<sup>23</sup> Essa população sobran-te, que abandonava os campos à medida que o velho sistema de agricultura coletiva ia sendo eliminado, e que as terras agrícolas eram desviadas para a criação de gado lanígero, vivia em condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. A pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final do contrato, um pedaço de terra ou uma indenização em dinheiro. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos.<sup>24</sup>

O início dessa colonização de povoamento no século XVII abre uma etapa nova na história da América. Em seus primeiros tempos essas colônias acarretam vultosos prejuízos para as com-

23. "Britain could afford to send so many emigrants overseas without endangering the ample supply of cheap labour for her home industry. The changes in agricultural organization, particularly enclosures, had created in England a surplus rural population which brought wages down to subsistence level, and provided a large reserve in the labour market." JULIUS ISAAC, *op. cit.*, p. 17. A idéia de que a Espanha foi empobrecida pela emigração em massa para a América carece de fundamento, pois o tipo de colônia que os espanhóis criaram nas terras americanas não exigiu grandes traslados da população européia. Na verdade, se estima que entre 1509 e 1790 emigraram da Espanha para a América cerca de 150 mil pessoas. Somente no século XVII das Ilhas Britânicas saíram cerca de 500 mil. Veja-se IMRE FERENCZ, "Migrations", in *Encyclopaedia of Social Sciences*, Nova York, 1936.

24. "The most significant feature of this question of treatment is the general agreement among contemporary writers, that the European servant was in a less favoured position than the negro slave." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 302.

panhias que as organizam. Particularmente grandes são os prejuízos dados pelas colônias que se instalam na América do Norte.<sup>25</sup> O êxito da colonização agrícola portuguesa tivera como base a produção de um artigo cujo mercado se expandira extraordinariamente. A busca de artigos capazes de criar mercados em expansão constitui a preocupação dos novos núcleos coloniais. Demais, era necessário encontrar artigos que pudessem ser produzidos em pequenas propriedades, condição sem a qual não perduraria o recrutamento de mão-de-obra européia. Em tais condições, os núcleos situados na região norte da América setentrional encontraram sérias dificuldades para criar uma base econômica estável. Do ponto de vista das companhias que financiaram os gastos iniciais de traslado e instalação, a colonização dessa parte da América constitui um efetivo fracasso. Não foi possível encontrar nenhum produto, adaptável à região, que alimentasse uma corrente de exportação para a Europa capaz de remunerar os capitais invertidos. Com efeito, o que se podia produzir na Nova Inglaterra era exatamente aquilo que se produzia na Europa, onde os salários estavam determinados por um nível de subsistência extremamente baixo na época. Demais, o custo do transporte era de tal forma elevado, relativamente ao custo de produ-

25. A companhia que primeiro empreendeu a colonização da Virgínia não chegou a pagar um centavo de remuneração aos acionistas e encerrou suas contas com mais de 100 mil libras de prejuízo. Veja-se EDWARD C. KIRKLAND, *Historia económica de Estados Unidos*, México, 1941. Referindo-se ao fato de que o Canadá constituía uma carga para a França, e sua perda representava de certa forma um alívio, diz E. LEVASSEUR: "En France les hommes d'Etat et les publicistes ne sentirent pas la gravité de cette perte. [...] Cette population, il est vrai, n'était pas riche; elle vivait de culture et de chasse. [...] L'abbé Raynal dit qu'en 1715 les exportations du Canada en France avaient à peine une valeur de 300 000 livres, qu'à l'époque la plus florissante elles ne dépassaient pas 1 300 000 livres, et que, de 1750 à 1760, le gouvernement y avait dépensé 127 millions 1/2; ce que ne contribuait pas à rendre le Canada populaire dans l'administration française". *Op. cit.*, I, p. 484.

ção dos artigos primários, que uma diferença mesmo substancial nos salários reais teria sido de escassa significação. Explica-se assim o lento desenvolvimento inicial das colônias do norte do continente, as quais muito possivelmente teriam permanecido em segundo plano por muito tempo se acontecimentos a que nos referiremos mais adiante não tivessem modificado os dados do problema.

As condições climáticas das Antilhas permitiam a produção de um certo número de artigos — como o algodão, o anil, o café e principalmente o fumo — com promissoras perspectivas nos mercados da Europa. A produção desses artigos era compatível com o regime da pequena propriedade agrícola e permitia que as companhias colonizadoras realizassem lucros substanciais ao mesmo tempo que os governos das potências expansionistas — França e Inglaterra — viam crescer as suas milícias.

Os esforços realizados, principalmente na Inglaterra, para recrutar mão-de-obra no regime prevaente de servidão temporária se intensificaram com a prosperidade dos negócios. Por todos os meios procurava-se induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime ou mesmo contravenção a vender-se para trabalhar na América em vez de ir para o cárcere. Contudo, o suprimento de mão-de-obra deveria ser insuficiente, pois a prática do rapto de adultos e crianças tendeu a transformar-se em calamidade pública nesse país.<sup>26</sup> Por esse e outros métodos a população européia das Antilhas cresceu intensamente, e só a ilha de Barbados chegou a ter, em 1634, 37,2 mil habitantes dessa origem.

26. Veja-se v. T. HARLOW, *op. cit.*, *passim*.

## 6. Conseqüências da penetração do açúcar nas Antilhas

À medida que a agricultura tropical — particularmente a do fumo — transformava-se num êxito comercial, cresciam as dificuldades apresentadas pelo abastecimento de mão-de-obra européia. Do ponto de vista das companhias interessadas no comércio das novas colônias, a solução natural do problema estava na introdução da mão-de-obra africana escrava. Na Virgínia, onde as terras não estavam todas divididas em mãos de pequenos produtores, a formação de grandes unidades agrícolas se desenvolveu mais rapidamente. Surge assim uma situação completamente nova no mercado dos produtos tropicais: uma intensa concorrência entre regiões que exploram mão-de-obra escrava de grandes unidades produtivas e regiões de pequenas propriedades e população européia. A conseqüente baixa dos preços ocorrida nos mercados internacionais cria sérias dificuldades às populações antilhanas e vem demonstrar a fragilidade de todo o sistema de colonização ensaiado naquelas regiões tropicais.<sup>27</sup> As

27. "Aucun bénéfice n'était plus possible: tandis que le colon anglais parvenait à remplacer la main-d'oeuvre blanche par des nègres achetés à bon compte ou à cré-

colônias de povoamento dessas regiões, com efeito, resultaram ser simples estações experimentais para a produção de artigos de potencialidade econômica ainda incerta. Superada essa etapa de incerteza, as inversões maciças exigidas pelas grandes plantações escravistas demonstram ser negócio muito vantajoso.

A partir desse momento se modifica o curso da colonização antilhana, e essa modificação será de importância fundamental para o Brasil. A idéia original de colonização dessas regiões tropicais, à base de pequena propriedade, excluía *per se* toda cogitação em torno da produção de açúcar. Entre os produtos tropicais, mais que qualquer outro, este era incompatível com o sistema da pequena propriedade. Nesta primeira fase da colonização agrícola não portuguesa das terras americanas, aparentemente se dava por assentado que ao Brasil cabia o monopólio da produção açucareira. As colônias antilhanas ficavam reservados os demais produtos tropicais. A razão de ser dessa divisão de tarefas derivava dos próprios objetivos políticos da colonização antilhana, onde franceses e ingleses pretendiam reunir fortes núcleos de população européia. Sem embargo, esses objetivos políticos tiveram de ser abandonados sob a forte pressão de fatores econômicos.

É provável entretanto que as transformações da economia antilhana tivessem ocorrido muito mais lentamente, não fora a ação de um poderoso fator exógeno em fins da primeira metade do século XVII. Esse fator foi a expulsão definitiva dos holandeses da região nordeste do Brasil. Senhores da técnica de produção e muito provavelmente aparelhados para a fabricação<sup>28</sup> de equipa-

dit." LOUIS-PHILIPPE MAY, *Histoire économique de la Martinique (1665-1763)*, Paris, 1930, p. 89.

28. O problema de se os holandeses conseguiram ou não dominar eles mesmos a técnica de produção de açúcar, ou permitiram a vinda ao Brasil de produtores antilhanos que aperfeiçoaram os seus conhecimentos, carece de significação real. Veja-se sobre este assunto A. P. CANABRAVA, "A influência do Brasil na técnica do fabrico de açúcar nas Antilhas francesas e inglesas no meado do século

mentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar. É tão favorável a situação que encontram nas Antilhas francesas e inglesas que preferem colaborar com os colonos dessas regiões a ocupar novas terras e instalar por conta própria a indústria. Na Martinica, as dificuldades causadas pela baixa dos preços do fumo eram grandes, o que facilita o início de qualquer negócio tendente a restaurar a prosperidade da ilha. Nas Antilhas inglesas, as dificuldades econômicas haviam sido agravadas pela guerra civil que se prolongava nas Ilhas Britânicas. Praticamente isoladas da Metrópole, as colônias inglesas acolheram com grande entusiasmo a possibilidade de um intenso comércio com os holandeses. Estes não somente deram a necessária ajuda técnica, como também propiciaram crédito fácil para comprar equipamentos, escravos e terra.<sup>29</sup> Em pouco tempo se constituíram nas ilhas poderosos grupos financeiros que controlavam grandes quantidades de terras e possuíam engenhos açucareiros de grandes proporções. Dessa forma, menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil, operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica.

As conseqüências dessa autêntica eclosão de um sistema econômico dentro de outro foram profundas. A população de

XVII, *Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas*, 1946-47, São Paulo, 1947.

29. "It was thanks to Dutch refugees from Brazil, which was now being reconquered by the Portuguese, that the technique of sugar cultivation and manufacture came to Barbados. Dutch capital helped the planters to buy the necessary machinery, Dutch credit provided them with negro slaves to work on the sugar estates, and Dutch ships bought their sugar and supplied them with food and other goods which England could no longer supply owing to internal troubles." ALAN BURNS, *History of the British West Indies*, Londres, 1954, p. 232.

origem européia decresceu rapidamente, tanto nas Antilhas francesas como nas inglesas, enquanto crescia verticalmente o número de escravos africanos. Em Barbados, por exemplo, a população branca se reduziu à metade e a negra mais que decuplicou no correr de dois decênios. Nesse ínterim, a riqueza da ilha tinha aumentado quarenta vezes.<sup>30</sup> Na França, onde o governo estava menos submetido à influência das companhias de comércio, a reação provocada pelas rápidas transformações econômico-sociais das ilhas foi maior. Inúmeras medidas foram tomadas para deter o seu abandono pela população branca e a rápida transformação das colônias de povoamento em grandes plantações de açúcar. Tratou-se inclusive — contra a orientação da política colonial da época — de introduzir nas ilhas atividades manufatureiras. Colbert tomou o assunto em suas mãos, sugeriu inúmeras soluções, enviou operários especializados em missões técnicas para estudar os recursos da ilha. Tudo inutilmente. A valorização das terras provocada pela introdução do açúcar agiu inexoravelmente, destruindo em pouco tempo esse prematuro ensaio de colonização de povoamento das regiões tropicais da América.<sup>31</sup>

30. "Already, in 1667, this substitution of the negro slave for the white servant had reached an advanced stage. In that year Major Scott stated that after examining all the Barbarians records he found that since 1643 no less than 12,000 'good men' had left the island for other plantations, and that the number of landowners had decreased from 11,200 small-holders in 1645 to 745 owners of large estates on 1667; while during the same period the negroes had increased from 5,680 to 82,023. Finally he summed up the situation by saying that in 1667 the island 'was not half so strong, and forty times as rich as in the year' 1645." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 310.

31. Existe uma ampla correspondência trocada entre COLBERT e o governador da Martinica. Vários planos foram postos em prática para proteger o pequeno cultivador, que rapidamente estava sendo eliminado pelas grandes plantações de cana. "En 1683, des ouvriers et ouvrières experts sont transportés à la Martinique, des graines distribuées avec des arbres, de par l'initiative du seul pouvoir Central. En 1685, le roi renouvelle son désir, il envoie encore des grains et souhaite

Se a economia açucareira ao florescer nas Antilhas fez desaparecer as colônias de povoamento que se havia tentado instalar nessas ilhas, por outro lado contribuiu grandemente para tornar economicamente viáveis as colônias desse tipo que os ingleses haviam estabelecido na região norte do continente. Conforme já indicamos, estas últimas estiveram longe de ser um êxito econômico para as companhias que haviam financiado sua instalação, pois os únicos produtos que na época justificavam um comércio transatlântico nelas não podiam ser produzidos. Contudo, os membros dessas colônias que sobreviveram às vicissitudes da etapa de instalação empenharam-se em criar uma economia auto-suficiente, suplementada por algumas atividades comerciais que lhes permitiam atender a um mínimo indispensável de importações. Essas colônias pareciam fadadas a um lento desenvolvimento — o que aliás ocorreu com os grupos de população francesa situados no Canadá — quando o advento da economia açucareira antilhana, no começo da segunda metade do século XVII, veio abrir-lhes inesperadas perspectivas.

A penetração do açúcar nas ilhas caribenhas expeliu uma parte substancial da população branca nelas estabelecida, boa parte da qual foi instalar-se nas colônias do norte. Tratava-se, em grande parte, de pequenos proprietários que se viram na contingência de alienar suas terras e que se transferiram com algum ca-

*l'établissement d'une manufacture.*" ADRIEN DESSALLES, *Histoire générale des Antilles*, Paris, 1847-48, II, p. 59. Em 1687 COLBERT escrevia ao governador da ilha: "Il est nécessaire de les obliger [les habitants] à partager la culture de leurs terres en indigo, rocou, cacao, casse, gingembre, coton et autres fruits qu'ils peuvent cultiver. [...] La perte infaillible des îles sera causée par l'excessive quantité de cannes de sucre". Veja-se LUCIEN PEYTRAND, *L'esclavage aux Antilles Françaises avant 1789*, Paris, 1897. Sem embargo, a política do governo francês nem sempre foi coerente, o que se explica tendo em conta que os interesses açucareiros eram poderosos.

pital. Por outro lado, o açúcar desorganizou e, em algumas partes, eliminou a produção agrícola de subsistência. As ilhas se transformaram, em pouco tempo, em grandes importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais, que havia pouco não sabiam que fazer com seu excedente de produção de trigo, se constituíram em principal fonte de abastecimento das prósperas colônias açucareiras. Como bem observa um historiador inglês: "*Starting with fish, timber and meat, the New Englander by a clever, complex system of sale and barter in which the West Indies [...] formed the connecting link, drew to themselves any sort of commodity from the Old World of which they had need*".<sup>32</sup>

E não ficou na exportação de bens de consumo a importante corrente comercial que se formou entre os dois grupos de colônias inglesas. Não dispondo de força hidráulica para mover os engenhos, as ilhas dependiam principalmente de animais de tiro como fonte de energia. Tampouco dispunham de madeira para fabricar as caixas em que se exportava o açúcar. Do norte vinham uma e outra coisa.<sup>33</sup> Esse importante comércio se efetuava principalmente em navios dos colonos da Nova Inglaterra, o que veio fomentar a indústria de construção naval nessa região. Essa indústria, encontrando condições excepcionalmente favoráveis em razão da abundância de madeira adequada, se desenvolveu intensamente, transformando-se em uma das principais atividades exportadoras das colônias setentrionais. Por último cabe mencionar a instalação de uma importante indústria derivada da cana: a destilação de bebidas alcoólicas. Neste caso a integração se

32. V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 281.

33. "Sugar mills had sprung up for crushing the canes, but Barbados possessed no water power to drive them. The alternative was to use tread-mills worked by horses; and horses were accordingly obtained from New England. Casks and barrels too were needed in which to pack the sugar. These were provided from the abundant forests of Massachusetts and Connecticut." V. T. HARLOW, *op. cit.*, p. 274.

realizou com as Antilhas francesas. Estas, estando interdidas de usar a matéria-prima de que dispunham — para evitar a concorrência às indústrias de bebidas da Metrópole —, vendiam-na a preços extremamente baixos. Os colonos do norte se prevaleciam desses baixos preços para concorrer vantajosamente com as próprias Antilhas inglesas nesse negócio altamente lucrativo.

As colônias do norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior no qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais. O fato de que as duas partes principais do sistema — a região produtora do artigo básico de exportação e a região que abastecia a primeira — hajam estado separadas é de fundamental importância para explicar o desenvolvimento subsequente de ambas. A essa separação se deve que os capitais gerados no conjunto do sistema não tenham sido canalizados exclusivamente para a atividade açucareira, que na realidade era a mais lucrativa. Essa separação, ao tornar possível o desenvolvimento de uma economia agrícola não especializada na exportação de produtos tropicais, marca o início de uma nova etapa na ocupação econômica das terras americanas. A primeira etapa consistira basicamente na exploração da mão-de-obra preexistente com vistas a criar um excedente líquido de produção de metais preciosos; a segunda se concretizara na produção de artigos agrícolas tropicais por meio de grandes empresas que usavam intensamente mão-de-obra escrava importada.

Nesta terceira etapa surgia uma economia similar à da Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia desse tipo estava em flagrante contradição com os princípios da polí-

tica colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se. Com efeito, sem o prolongado período de guerra civil por que passou a Inglaterra no século XVII, teria sido muito mais difícil aos colonos da Nova Inglaterra firmar-se tão amplamente nos mercados das prósperas ilhas antilhanas. Demais, a famosa legislação protecionista naval que no último quartel desse século excluiu os holandeses do comércio das colônias constitui outro forte aliciante não só para as exportações da Nova Inglaterra como também para sua indústria de construção de barcos. Por último, o prolongado período de guerras que a Inglaterra manteve com a França tornou precário o abastecimento das Antilhas com gêneros europeus, criando para os colonos do norte a situação favorável de abastecedores regulares das ilhas inglesas e ocasionais das francesas.<sup>34</sup>

Os esforços, quase malogrados, feitos pelos ingleses para eliminar os contatos comerciais desses colonos com as Antilhas francesas constituem a primeira etapa de um período de fricção e choque de interesses que se fez cada vez mais manifesto. Com efeito, uma vez lograda a supremacia e excluídos os franceses de suas posições principais na América, a Inglaterra pretendeu, na segunda metade do século XVIII, pôr cobro à crescente concorrência que as colônias setentrionais estavam fazendo à economia metropolitana. As medidas legislativas se sucederam, então, mas serviram apenas para aumentar a tensão e pôr à mostra o profundo descontro de interesses, que já existia, precipitando a separação.

De um ponto de vista macroeconômico, as colônias da Nova Inglaterra (assim como Nova York e Pensilvânia) continuaram a ser, avançando o século XVIII, economias de produtividade

34. O problema do abastecimento de víveres era menos grave nas Antilhas francesas, pois o governo da França, consciente de sua impotência para manter as linhas de comércio durante os períodos prolongados de guerra, regulamentara a produção dos mesmos em cada ilha.

relativamente baixa. O produto por habitante deveria ser substancialmente inferior ao das colônias agrícolas de grandes plantações. Contudo, o tipo de atividade econômica que nelas prevalecia era compatível com pequenas unidades produtivas, de base familiar, sem o compromisso de remunerar vultosos capitais. Por outro lado, a abundância de terras tornava atrativa a imigração europeia no regime de servidão temporária. Ao surgir para o pequeno proprietário a possibilidade de vender regularmente parte de sua produção agrícola, tornou-se para ele viável o financiamento da viagem de um imigrante cujo trabalho seria explorado durante quatro anos. Estima-se que pelo menos a metade da população europeia que emigrou para os EUA antes de 1700 era constituída de pessoas que haviam aceitado um ou outro regime de servidão temporária.<sup>35</sup> A principal vantagem que esse sistema apresentava para o pequeno proprietário estava em que a imobilização de capital era muito menor que a exigida pela compra do escravo, sendo também menor o risco em caso de morte. O escravo africano constituía um negócio muito mais rentável para o grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor. Por outro lado, as atividades agrícolas dessas colônias tampouco justificavam grandes inversões. Explica-se, assim, que a importação de mão-de-obra europeia em regime de servidão temporária tenha continuado nas colônias mais pobres e haja sido excluída das colônias mais ricas, não obstante fosse amplamente reconhecido que o trabalho escravo era o mais barato. A transição para o escravo africano só se realizou ali onde foi possível especializar a agricultura num artigo exportável em grande escala.

35. "It has been estimated that at least half of the white immigrants before 1700 were redemptioners or had their fares paid by others." F. A. SHANNON, *America's Economic Growth*, Nova York, 1951, p. 64.

Essas colônias de pequenos proprietários, em grande parte auto-suficientes, constituem comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação. Nelas era muito menor a concentração da renda, e as mesmas estavam muito menos sujeitas a bruscas contrações econômicas. Demais, a parte dessa renda que revertia em benefício de capitais forâneos era insignificante. Em consequência, o padrão médio de consumo era elevado, relativamente ao nível da produção per capita. Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do norte dos EUA os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado dos objetos de uso comum.

A essas diferenças de estrutura econômica teriam necessariamente de corresponder grandes disparidades de comportamento dos grupos sociais dominantes nos dois tipos de colônia. Nas Antilhas inglesas os grupos dominantes estavam intimamente ligados a poderosos grupos financeiros da Metrópole e tinham inclusive uma enorme influência no Parlamento britânico. Esse entrelaçamento de interesses inclinava os grupos que dirigiam a economia antilhana a considerá-la exclusivamente como parte integrante de importantes empresas manejadas da Inglaterra. As colônias setentrionais, ao contrário, eram dirigidas por grupos, uns ligados a interesses comerciais centralizados em Boston e Nova York — os quais freqüentemente entravam em conflito com os interesses metropolitanos —, e outros representativos de populações agrícolas praticamente sem qualquer afinidade de interesses com a Metrópole. Essa independência dos grupos dominantes *vis-à-vis* da Metrópole teria de ser um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da colônia,

pois significava que nela havia órgãos políticos capazes de interpretar seus verdadeiros interesses, em vez de apenas refletir as ocorrências do centro econômico dominante.

## 7. Encerramento da etapa colonial

A evolução da colônia portuguesa na América, a partir da segunda metade do século XVII, será profundamente marcada pelo novo rumo que toma Portugal como potência colonial. Na época em que esteve ligado à Espanha, perdeu esse país o melhor de seus entrepostos orientais, ao mesmo tempo que a melhor parte da colônia americana era ocupada pelos holandeses. Ao recuperar a independência, Portugal encontrou-se em posição extremamente débil, pois a ameaça da Espanha — que por mais de um quarto de século não reconheceu essa independência — pesava permanentemente sobre o território metropolitano. Por outro lado, o pequeno reino, perdido o comércio oriental e desorganizado o mercado do açúcar, não dispunha de meios para defender o que lhe sobrara das colônias numa época de crescente atividade imperialista. A neutralidade em face das grandes potências era impraticável. Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como Metrôpole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significaria necessariamente alienar parte de sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra

em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes.<sup>36</sup>

Assim como seria difícil explicar o grande êxito da empresa açucareira sem ter em conta a cooperação comercial-financeira holandesa, também só pode explicar-se a persistência do pequeno e empobrecido reino como grande potência colonial na segunda metade do século XVII, bem como sua recuperação no século XVIII — durante o qual reteve sem disputas a colônia mais lucrativa da época —, tendo em conta a situação especial de semidependência que aceitou como forma de soberania o governo português. Os privilégios conseguidos pelos comerciantes ingleses em Portugal foram de tal ordem — incluíam extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar — que os mesmos passaram a constituir um poderoso e influente grupo com ascendência crescente sobre o governo português. Nas palavras de um metucioso estudioso da matéria: “*Portugal became virtually England’s commercial vassal*”.<sup>37</sup> O espí-

36. Ao recuperar Portugal a independência, em 1640, o governo lusitano empenhou-se em chegar a um acordo com a Holanda, então principal inimiga da Espanha nos mares. As múltiplas ofertas — inclusive a divisão do Brasil — foram entretanto rejeitadas pelos holandeses, demasiadamente confiantes em seu excepcional poder marítimo e ao mesmo tempo falhos de uma orientação política geral em razão de suas profundas dissensões internas. Ao prolongar-se o estado de guerra, os portugueses fizeram mais e mais apelos a barcos ingleses, no intuito de livrar-se do bloqueio dos flamengos. Em condições assim favoráveis, a penetração inglesa se processou rapidamente. O acordo de 1654 foi imposto em seguida a uma agressão da esquadra inglesa a Portugal, num momento em que este país se encontrava em guerra com a Holanda e a Espanha. Sobre a agressão inglesa, veja-se C. R. BOXER, “Blake and the Brazilian fleets in 1650”, *The Mariner’s Mirror*, vol. XXXIV, 1950.

37. ALAN K. MANCHESTER, *British preeminence in Brazil, its rise and decline*, Carolina do Norte, 1933, p. 9. “*The treaty thus finally ratified was a diplomatic triumph*

rito dos vários tratados firmados entre os dois países, nos primeiros dois decênios que se seguiram à independência, era sempre o mesmo: Portugal fazia concessões econômicas, e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas. Com respeito às Índias Orientais, por exemplo, Portugal cedeu Bombaim permanentemente, e a Inglaterra prometeu utilizar sua esquadra para manter a ordem nas possessões lusitanas. Os ingleses conseguiam, demais, privilégios de manter comerciantes residentes em praticamente todas as colônias portuguesas. O acordo de 1661 incluía finalmente uma cláusula secreta pela qual os ingleses prometiam defender as colônias portuguesas contra quaisquer inimigos. Se se tem em conta que por essa época a Espanha ainda não reconheceu a separação de Portugal e que nesse mesmo ano se estava negociando a paz com a Holanda, é fácil compreender o que significava para o governo português uma aliança que lhe garantia a sobrevivência como potência colonial.

Contudo, as garantias de sobrevivência não solucionavam o problema fundamental que era a própria decadência da colônia, decorrente da desorganização do mercado do açúcar. As dificuldades econômicas do reino continuam a agravar-se, e se repetem as desvalorizações monetárias. No último quartel do século XVII toma-se consciência da necessidade de reconsiderar a política econômica do país. A idéia de encontrar solução para as dificuldades da balança comercial nos produtos coloniais de exportação já não parece suficiente. Pensa-se em reduzir as importações fomentando a produção interna no setor manufatureiro. Essa política alcançou dar alguns frutos, e durante dois decênios se che-

*for the Commonwealth, for by it great commercial and religious advantages were secured from Portugal. [...] It gave a convincing proof of the ascendancy of England, whose subjects trading with or residing in Portugal, were for the future in a better situation than the Portuguese themselves. Britain here laid the foundations of its privileged position in Portugal overseas dominions.*” pp. 11-2.

gou mesmo a interditar a importação de tecidos de lã, principal manufatura então importada. Tal política, entretanto, não chegaria a amadurecer plenamente. O rápido desenvolvimento da produção de ouro no Brasil, a partir do primeiro decênio do século XVIII, modificaria fundamentalmente os termos do problema. Conforme veremos em detalhe em capítulos subseqüentes, o acordo comercial celebrado com a Inglaterra em 1703 desempenhou papel básico no curso tomado pelos acontecimentos. Esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil. Graças a esse acordo, entretanto, Portugal conservou uma sólida posição política numa etapa que resultou ser fundamental para a consolidação definitiva do território de sua colônia americana. O mesmo agente inglês que negociou o acordo comercial de 1703 (John Methuen) também tratou das condições da entrada de Portugal na guerra que lhe valeria uma sólida posição na conferência de Utrecht. Aí conseguiu o governo lusitano que a França renunciasse a quaisquer reclamações sobre a foz do Amazonas e a quaisquer direitos de navegação nesse rio. Iguamente nessa conferência Portugal conseguiu da Espanha o reconhecimento de seus direitos sobre a Colônia do Sacramento. Ambos os acordos receberam a garantia direta da Inglaterra e vieram a constituir fundamentos da estabilidade territorial da América portuguesa.

Observada de uma perspectiva ampla, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava com uma articulação — e articulação fundamental — do sistema econômico em mais rápida expansão na época, ou seja, a economia inglesa. O ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de

sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria, e o elemento de origem européia, maioria. Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa. A Portugal, entretanto, a economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo o pequeno reino a experiência da Espanha no século anterior. Como agudamente observou Pombal, na segunda metade do século, o ouro era uma riqueza puramente fictícia para Portugal: os próprios negros que trabalhavam nas minas tinham que ser vestidos pelos ingleses. Contudo, nem mesmo Pombal, que tinha uma visão lúcida da situação de dependência política em que vivia seu país<sup>38</sup> e uma vontade de ferro, conseguiu modificar fundamentalmente as relações com a Inglaterra. Na verdade, essas relações constituíam uma ordem superior de coisas sem a qual não seria fácil explicar a sobrevivência do pequeno reino como Metrópole de um dos mais ricos impérios coloniais da época. Não seria sem razão que opiniões contemporâneas consideravam na Inglaterra que o comércio português era “*at the present the most advantageous that we drove anywhere*”, ou “*very best branch of all our European commerce*”.<sup>39</sup>

O último quartel do século XVIII veria a decadência da mineração do ouro no Brasil. A Inglaterra já havia, sem embargo, entrado em plena Revolução Industrial. As necessidades de mer-

38. Em suas memórias, o marquês de Pombal afirma categoricamente que a Inglaterra havia reduzido Portugal a uma situação de dependência, conquistando o reino sem os inconvenientes de uma conquista militar, e que todos os movimentos do governo eram regulados de acordo com os desejos da Inglaterra.

39. Citados por ALAN K. MANCHESTER, *op. cit.*, p. 33.

cados cada vez mais amplos para as manufaturas em processo de rápida mecanização impõem nesse país o abandono progressivo dos princípios protecionistas. O Tratado de Methuen, que criava uma situação de privilégio para os vinhos portugueses no mercado inglês, é fortemente criticado do ponto de vista dos novos ideais liberais. O problema fundamental da Inglaterra passa a ser a abertura dos grandes mercados europeus para as suas manufaturas, e com esse fim tornava-se indispensável eliminar as ataduras da era mercantilista. Com efeito, no tratado de 1786, firmado com a França, a Inglaterra praticamente pôs fim ao privilégio aduaneiro de que desde o começo do século XVIII haviam gozado os vinhos portugueses em seu mercado, única contrapartida econômica que recebera Portugal nos 150 anos anteriores de vassalagem econômica.<sup>40</sup> Minguara o mercado da economia luso-brasileira com a decadência da mineração, e já não se justificava manter um privilégio que constituía um empecilho à ampla penetração no principal mercado da Europa continental, que era a França.

40. O próprio ADAM SMITH se encarregou de demonstrar que o Tratado de Methuen era prejudicial à Inglaterra, argumentando que o mesmo concedia a Portugal um privilégio alfandegário, enquanto a Inglaterra tinha que competir com outras potências produtoras de manufaturas no mercado português. Veja-se *A riqueza das nações, passim*. No tratado comercial celebrado com a França em 1786, o governo inglês tratou de cobrir-se contra qualquer reação em Portugal, respeitando na forma o acordo de Methuen. Com efeito, os impostos sobre os vinhos franceses foram reduzidos de 8 shillings e ¾ pence para 4 shillings e 6 pence, por galão imperial, mas se concedeu uma rebaixa no imposto sobre os vinhos portugueses de 4 shillings e 2 pence para 3 shillings. Ocorre porém que, ao reduzir-se a importância relativa do imposto, as diferenças passaram a ser irrelevantes. Com efeito, as importações de vinhos franceses decuplicaram no ano seguinte à assinatura do acordo. Veja-se sobre este ponto o estudo de W. O. HENDERSON, "The Anglo-French Commercial Treaty of 1786", *The Economic History Review*, vol. V, n.º 1.

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve conseqüências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial.<sup>41</sup> Tudo indica que negociando esses acordos o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

41. O Tratado de Comércio e Navegação firmado em 1810, se bem pretenda instituir "systema Liberal de Commercio fundado sobre as Bazes de Reciprocidade", cria na verdade uma série de privilégios para a Inglaterra. A tarifa para as importações procedentes desse país passara a ser 15 por cento *ad valorem*, contra 24 por cento para os demais países e 16 por cento para Portugal. Os erros de tradução do inglês para o português são de monta a demonstrar claramente que a iniciativa esteve totalmente com os ingleses e que os portugueses firmaram o acordo sem saber exatamente o que estavam fazendo. O brasileiro Hypólito José Soares da Costa, que na época editava em Londres o *Correio Braziliense*, pôs em evidência vários desses erros.

A independência, se do ponto de vista militar constituiu uma operação simples, do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço. Portugal tinha em mãos uma carta de alto valor: sua dependência política da Inglaterra. Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido. As *démarches* feitas em Londres nesse sentido pelo governo lusitano foram infrutíferas, pois, para os ingleses, restabelecer o entreposto português seria obviamente mau negócio. O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa. Pelo tratado de 1827, o governo brasileiro<sup>42</sup> reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico.<sup>43</sup>

A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas, conforme veremos em capítulo subsequente. Essas dificuldades econômicas, por um lado, reduzem a capacidade de ação do poder central e, por outro, devido ao descontentamento, criavam focos de desagregação territorial. É pela metade do século que ocorrem alguns fatos que permitirão consolidar definitivamente o país, e que marcarão o sentido de seu subsequente desenvolvimento. À medida que o café aumenta sua importância dentro da economia

42. O tratado foi firmado pelo imperador, independentemente de quaisquer consultas às Câmaras.

43. O novo acordo não reconheceu, entretanto, tarifa preferencial à Inglaterra. Em razão de cláusula de nação mais favorecida, o Brasil concederia a vários outros países, posteriormente, a mesma tarifa de 15 por cento *ad valorem*.

brasileira, ampliam-se as relações econômicas com os EUA. Já na primeira metade do século esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil. Essa ligação e a ideologia nascente de solidariedade continental contribuem para firmar o sentido de independência *vis-à-vis* da Inglaterra. Assim, quando expira, em 1842, o acordo com este último país, o Brasil consegue resistir à forte pressão do governo inglês para firmar outro documento do mesmo estilo.<sup>44</sup> Eliminado o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o conseqüente aumento do poder financeiro do governo central,<sup>45</sup> cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa. O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado. Contudo, do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira.

44. O acordo expirou em 1842, mas os ingleses conseguiram fazê-lo vigorar até 1844, interpretando a seu favor uma determinada cláusula. As negociações em torno de um novo acordo duraram vários anos, vencendo os brasileiros por paciência e habilidade protelatória.

45. A receita do governo central se manteve estacionária em todo o período compreendido entre 1829-30 e 1842-43, e duplicou no decênio seguinte.

## 8. Capitalização e nível de renda na colônia açucareira

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentrara nesse setor. O privilégio outorgado ao donatário de só ele fabricar moenda e engenho de água denota ser a lavoura do açúcar a que se tinha especialmente em mira introduzir.<sup>46</sup> Favores especiais foram concedidos subsequente àqueles que instalassem engenhos: isenções de tributos, garantia contra a penhora dos instrumentos de produção, honrarias e títulos etc. As dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais,<sup>47</sup> resultou inviável na

46. Veja-se JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal econômico*, Lisboa, 1929, p. 235.

47. Entre os privilégios que receberam os donatários estavam a escravização dos índios em número ilimitado e a autorização de exportar para Portugal,

escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar.

A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra. Como observa um cronista da época, sem escravos os colonos “não se podem sustentar na terra”.<sup>48</sup> Com efeito, para subsistir sem trabalho escravo seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para autoconsumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas. Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada, encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente tiveram de empenhar-se de todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar.

Observada de uma perspectiva ampla, a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira. Aí onde a produção de açúcar falhou — caso de São Vicente — o pequeno núcleo colonial conseguiu subsistir graças à relativa abundância da mão-de-obra indígena. O homem da terra não somente trabalhava para o colono, como também constituía sua

---

anualmente, certo número de escravos indígenas. O êxito que vinham alcançando os espanhóis na exploração da mão-de-obra indígena deve haver influenciado os portugueses nos seus cálculos sobre essa matéria.

48. GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil*, 1570 (?), citado por ROBERTO SIMONSEN, *História econômica do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, 1957, p. 127.

quase única mercadoria de exportação. Contudo, não fora o mercado de escravos das regiões açucareiras e de suas pequenas dependências urbanas, e a captura destes não chegaria a ser uma atividade econômica capaz de justificar a existência dos colonos de São Vicente. Portanto, mesmo aquelas comunidades que aparentemente tiveram um desenvolvimento autônomo nessa etapa da colonização deveram sua existência indiretamente ao êxito da economia açucareira.

O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.

Superadas essas dificuldades da etapa de instalação, a colônia açucareira se desenvolve rapidamente. Ao terminar o século XVI, a produção de açúcar muito provavelmente superava os 2 milhões de arrobas,<sup>49</sup> sendo umas vinte vezes maior que a cota de produção que o governo português havia estabelecido um século

49. As cifras relativas à produção de açúcar na época colonial, que aparecem em obras de cronistas, visitantes, informes oficiais portugueses e holandeses, bem como em trabalhos de estudiosos da matéria, nacionais e estrangeiros, foram cuidadosamente escrutinadas por ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.* Os dados que servem de base aos cálculos e estimativas que aparecem no texto foram todos colhidos na obra desse grande pesquisador da história econômica do Brasil. Contudo, nem sempre acolhemos na escolha o próprio critério de ROBERTO SIMONSEN, que teve sempre a preocupação de reter apenas as referências mais conservadoras.

antes para as ilhas do Atlântico. A expansão foi particularmente intensa no último quartel do século, durante o qual decuplicou.

O montante dos capitais invertidos na pequena colônia já era, por essa época, considerável. Admitindo-se a existência de apenas 120 engenhos — ao final do século XVI — e um valor médio de 15 mil libras esterlinas por engenho, o total dos capitais aplicados na etapa produtiva da indústria resulta próximo de 1,8 milhão de libras. Por outro lado, estima-se em cerca de 20 mil o número de escravos africanos que havia na colônia por essa época. Se se admite que três quartas partes dos mesmos eram utilizadas diretamente na indústria do açúcar e se lhes imputa um valor médio de 25 libras, resulta que a inversão em mão-de-obra era da ordem de 375 mil libras. Comparando esse dado com o anterior, depreende-se que o capital empregado na mão-de-obra escrava deveria aproximar-se de vinte por cento do capital fixo da empresa. Parte substancial desse capital estava constituída por equipamentos importados.

Sobre o montante da renda gerada por essa economia não se pode ir além de vagas conjeturas. O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a sessenta por cento desse montante,<sup>50</sup> e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem

50. Os gastos monetários de reposição, que cabe deduzir para obter o montante da renda líquida, podem ser estimados *grasso modo* em 110 mil libras: 50 mil libras para reposição dos escravos — admitindo-se uma vida útil média de oito anos, 15 mil escravos a 25 libras por cabeça — e 60 mil libras para a parte de equipamento importado — admitindo-se que a terça parte do capital fixo (inclusive escravos) estivesse constituída por equipamentos importados e que estes tivessem uma vida útil média de dez anos.

européia não seria superior a 30 mil habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica.<sup>51</sup>

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a cinco por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado — 1500 no conjunto da indústria açucareira — e imputando um salário monetário de quinze libras anuais cada um,<sup>52</sup> chega-se à soma de 22,5 mil libras, que é menos de dois por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo montante de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os

51. Se bem que as comparações a longo prazo de rendas monetárias — com base no valor do ouro — careçam quase totalmente de expressão real, a título de curiosidade indicamos que a renda per capita (da população de origem européia), na passagem do século XVI para o XVII, corresponde a cerca de 350 dólares de hoje. Essa renda per capita estava evidentemente muito acima da que prevalecia na Europa, nessa época, e em nenhuma outra época de sua história — nem mesmo no auge da produção do ouro — o Brasil logrou recuperar esse nível.

52. Quinze libras anuais representariam um salário muito elevado na época, pois o custo real da mão-de-obra escrava não seria muito superior a quatro libras por ano — admitindo-se um preço de 25 libras, vida útil de oito anos e que a terça parte do tempo do escravo fosse absorvida na produção de alimentos para ele mesmo. Como ponto de referência pode-se indicar que o salário agrícola no norte dos EUA, na segunda metade do século XVIII, era de aproximadamente doze libras, sendo na Inglaterra a metade dessa soma. Veja-se F. A. SHANNON, *op. cit.*, p. 74.

demais núcleos de povoamento existentes no país. Estima-se que o número total de bois existentes nos engenhos era da mesma ordem do número de escravos. Por outro lado, admite-se que um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que sua vida de trabalho era de apenas três anos. Sendo assim, a inversão em bois para tração seria da ordem de 75 mil libras, e os gastos de reposição, de cerca de 25 mil. Supondo mesmo que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar essa cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de três por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.

A utilização dessa massa enorme de renda que se concentrava em tão poucas mãos constitui um problema difícil de elucidar. Os dados referidos anteriormente põem em evidência que a renda dos capitais investidos na etapa produtiva — isto é, a etapa que correspondia à classe de senhores de engenho e proprietários de canaviais — estaria, num ano favorável, por cima de 1 milhão de libras, ao iniciar-se o século XVII. A parte dessa renda que se despendia com bens de consumo importados — principalmente artigos de luxo — era considerável. Dados relativos à administração holandesa, por exemplo, indicam que em 1639 teriam sido arrecadadas cerca de 160 mil libras em impostos de importação, a terça parte do total correspondendo a vinhos. Admitindo-se *grosso modo* uma taxa *ad valorem* de 20%, deduz-se que o montante das importações não teria sido inferior a 800 mil libras.<sup>53</sup> Nesse mesmo ano, o valor do açúcar exportado pelo Bra-

53. Essas estimativas se baseiam em dados de fonte holandesa da época, transcritos por R. M. NETSCHER, in *Les Hollandais au Brésil*, 1853. A relação que aí se

sil holandês, nos portos de embarque, teria sido pouco mais ou menos de 1,2 milhão de libras. Deve-se ter em conta, entretanto, que os gastos de consumo se ampliaram muito na época holandesa, seja pela necessidade de manter tropa numerosa, seja em razão do fausto da administração do período de Nassau (1637-44). Dificilmente se pode admitir que os colonos portugueses, isolados em seus engenhos e alheios a qualquer forma de convivência urbana, lograssem efetuar gastos de consumo de tal monta. Admitindo com muita margem que os gastos de consumo destes alcançassem 600 mil libras, restaria em mãos dos senhores de engenho soma igual a esta, não despendida na colônia. Esses dados põem em evidência a enorme margem para capitalização que existia na economia açucareira e explicam que a produção haja podido decuplicar no último quartel do século XVI.

Os dados a que se faz referência no parágrafo anterior sugerem que a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos.<sup>54</sup> Aparentemente o ritmo de crescimento foi dessa

encontra de produtos importados na época é interessante: vinhos espanhóis e franceses, azeite de oliveira, cerveja, vinagre, peixes salgados, sebos e couros, farinhas, biscoitos, manteiga, óleo de linhaça e de baleia, especiarias, panos, lãs, sedas, cobre, ferro, aço, estanho, pranchas etc. Ver ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.*, p. 119. Para um balanço das receitas e gastos dos holandeses no Brasil, em 1644, veja-se C. R. BOXER, *op. cit.*, apêndice II.

54. Partindo de uma renda bruta de 1,5 milhão de libras no setor açucareiro, estimando que dez por cento dessa renda correspondiam a pagamentos de salários, compra de gado, lenha etc. e que os gastos de reposição de fatores importados eram da ordem de 120 mil libras, deduz-se que a renda líquida do setor era de cerca de 1,2 milhão de libras. Subtraindo 600 mil libras de gastos em bens de consumo importados, ficavam outras 600 mil libras, que era a quanto montava a potencialidade de inversão do setor. Como o capital fixo ascendia a 1,8 milhão de libras e pelo menos um terço do mesmo eram obras de construção e instalações realizadas pelos próprios escravos, deduz-se que em dois anos esse capital podia ser dobrado.

ordem nas etapas mais favoráveis. O fato de que essa potencialidade financeira só tenha sido utilizada excepcionalmente indica que o crescimento da indústria foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores. Sendo assim, que não se tenha repetido a dolorosa experiência de superprodução que tiveram as ilhas do Atlântico confirma que houve excepcional habilidade na etapa de comercialização, e que era sobre esta última que se tomavam as decisões fundamentais com respeito a todo o negócio açucareiro.

Mas se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobranes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não açucareira absorvia ínfimos capitais. Tampouco consta que os senhores de engenho investissem capitais em outras regiões. A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. Explicar-se-ia assim, facilmente, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização, coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução.

## 9. Fluxo de renda e crescimento

Que possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico, base da ocupação do território brasileiro? Para elucidar essa questão convém observar mais de perto, nesse sistema, os processos de formação da renda e de acumulação de capital.

O que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico. Cabe deduzir, portanto, que os capitais foram importados. Mas o que se importava, na etapa inicial, eram os equipamentos e a mão-de-obra européia especializada. O trabalho indígena deve ter sido utilizado, então, para alimentar a nova comunidade e nas tarefas não especializadas das obras de instalação. Nas primeiras fases de operação, muito provavelmente coube ao trabalho indígena um papel igualmente importante. Uma vez em operação os engenhos, o valor destes deveria pelo

menos dobrar o capital importado sob a forma de equipamentos e destinado a financiar a transplantação dos operários especializados. A introdução do trabalhador africano não constitui modificação fundamental, pois apenas veio substituir outro escravo menos eficiente e de recrutamento mais incerto.

Uma vez instalada a indústria, seu processo de expansão seguiu sempre as mesmas linhas: gastos monetários na importação de equipamentos, de alguns materiais de construção e de mão-de-obra escrava. A importação de mão-de-obra especializada já se realizava em menor escala, tratando o engenho de se auto-abastecer também neste setor, mediante treinamento daqueles escravos que demonstravam maior aptidão para os ofícios manuais. O mesmo não ocorre, entretanto, com a mão-de-obra não especializada, pois a população escrava tendia a minguar vegetativamente, sem que durante toda a época da escravidão se haja tentado com êxito inverter essa tendência.<sup>55</sup>

Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente da inversão — construção e instalação — se realizava praticamente sem que houvesse lugar para a formação de um fluxo de renda monetária. Parte da força de trabalho escravo se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de ins-

55. Ao contrário do que ocorreu nos EUA, onde regiões houve que chegaram a especializar-se na criação de escravos, no Brasil sempre prevaleceu uma visão de curto prazo nesta matéria, como se a escravidão fora negócio apenas para uma geração. Já o jesuíta ANTONIL, nos seus sábios conselhos aos senhores de engenho, no começo do século XVIII, recomendava que "aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar coice, principalmente na barriga das mulheres, que andam peçadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir na cabeça a um escravo de préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreendê-los, e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, he o que se lhes pôde, e deve permitir para ensino". Citado por ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.*, p. 108.

talação e, subseqüentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho.

Numa economia industrial a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isto porque a inversão se transforma automaticamente em pagamento a fatores de produção. Assim, a inversão em uma construção está basicamente constituída pelo pagamento do material nela utilizado e da força de trabalho absorvida. A compra do material de construção, por seu lado, não é outra coisa senão a remuneração da mão-de-obra e do capital utilizados em sua fabricação e transporte. Esses pagamentos a fatores, que são uma criação de renda monetária<sup>56</sup> ou de poder de compra, somados, reconstituem o valor inicial da inversão.

A inversão feita numa economia exportadora-escravista é fenômeno inteiramente diverso. Parte dela transforma-se em pagamentos feitos no exterior: é a importação de mão-de-obra, de equipamentos e materiais de construção; a parte maior, sem embargo, tem como origem a utilização mesma da força de trabalho escravo. Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra e o valor do produto do trabalho da mesma era lucro para o empresário. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento da renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento.

A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser

56. A renda monetária é igual à renda real quando não há modificações do nível geral dos preços.

despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que, não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais etc. Essas inversões aumentavam o ativo do empresário mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no caso anterior.

Os gastos de consumo apresentavam características similares. Parte substancial desses gastos era realizada no exterior, com a importação de artigos de consumo, conforme vimos. Outra parte consistia na utilização da força de trabalho escravo para a prestação de serviços pessoais. Neste último caso o escravo se comportava como um bem durável de consumo. O serviço que prestava era a contrapartida do dispêndio inicial exigido na aquisição de sua propriedade, assim como o serviço prestado por um automóvel é a contrapartida de seu custo. Da mesma forma que a renda da coletividade não diminui quando os automóveis particulares se paralisam, tampouco se modificaria essa renda caso os escravos deixassem de prestar serviços pessoais a seus donos.<sup>57</sup>

57. O serviço prestado por um bem durável de consumo é a contrapartida do seu custo inicial e dos gastos correntes efetuados com sua manutenção. A paralisação dos automóveis repercutiria sobre o nível de renda da coletividade na medida em que esses gastos correntes deixassem de realizar-se. No caso dos escravos, os gastos de manutenção não criavam, de maneira geral, nenhum fluxo de renda. Como os escravos produziam os seus meios de manutenção — com exceção de alguns tecidos grossos que se importavam —, cabe introduzir o conceito de *mão-de-obra escrava líquida*, isto é, excluída a parte que se utilizava na produção de alimentos para os próprios escravos.

Vejamos agora, em seu conjunto, o funcionamento dessa economia. Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda — a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados — expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária. Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo com o produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar sua renda real.

A natureza puramente contábil do fluxo de renda, no setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia de tipo semifeudal. O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica.<sup>58</sup> Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma eco-

58. Veja-se CELSO FURIADO, "O desenvolvimento econômico", *Econômica Brasileira*, vol. I, n° 1, janeiro-março de 1955, Rio de Janeiro.

nomia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que o nível da técnica já alcançado lhe permite. Ora, a unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui há um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquele que se faz no ato de compra deste. O pagamento *corrente* ao escravo seria o simples gasto de manutenção, que, como o dispêndio com a manutenção de uma máquina, pode ficar implícito na contabilidade sem que por isso perca sua natureza monetária.<sup>59</sup>

Retornemos a nosso problema inicial: que possibilidades de expansão e evolução estrutural apresentava o sistema econômico escravista? É evidente que, se o mercado externo absorvesse quantidades crescentes de açúcar num nível adequado de preços, o sistema poderia crescer — sempre que a oferta externa de força de trabalho fosse elástica — até ocupar todas as terras disponíveis.

59. A tentativa de transposição de instituições feudais para as colônias comerciais da América demonstrou ser impraticável, mesmo ali onde houve intenção explícita de fazê-lo e onde era mais forte a tradição feudalista, como no caso da França. LOUIS-PHILIPPE MAY, referindo-se a este problema, diz: "*Quelques auteurs se sont imaginés que l'organisation féodale de la métropole fut transposée tout d'un bloc et dans son intégrité dans les colonies; que les droits seigneuriaux y furent levés et des tailles établies. En fait, rien n'est ici plus inexact. La Cie. tenta de percevoir le droit de lods et vente à St.-Christophe, mais de diminution en diminution, elle finit par abandonner. A la Martinique, nous n'en avons trouvé aucune trace*". *Op. cit.*, pp. 69-70.

Dada a relativa abundância destas últimas, é de admitir que as possibilidades de expansão fossem ilimitadas por esse lado. Também já vimos que, com os preços que prevaleceram na segunda metade do século XVI e na primeira do seguinte, a rentabilidade era suficientemente elevada para permitir que a indústria autofinanciasse uma expansão ainda mais rápida do que a efetivamente ocorrida. Tudo indica, portanto, que o aumento da capacidade produtiva foi regulado com vistas a evitar um colapso nos preços, ao mesmo tempo que se realizava um esforço persistente para tornar o produto conhecido e ampliar a área de consumo do mesmo. Como quer que seja, o crescimento foi considerável — particularmente se o observamos do ponto de vista da colônia — e persistiu durante todo um século. Contudo, esse crescimento se realizava sem que houvesse modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico. Os retrocessos ocasionais tampouco acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos de manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente.

Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico. Conforme já vimos, os lucros eram o único tipo de renda que se deixava influenciar pelas modificações de produtividade, fosse esta de natureza puramente econômica (melhora nos preços relativos) ou resultasse da introdução de uma melhora tecnológica. Se ocorria uma redução no ritmo da atividade produtiva para exportação, reduziam-se os lucros do empresário, mas ao mesmo tempo se criava uma capacidade excedente de trabalho, a qual podia ser utilizada na expansão da capacidade produtiva. Se não havia interesse em expandir essa capacidade produtiva, o potencial disponível de inversão podia ser canalizado para obras de construção ligadas ao bem-estar da classe proprietária ou outras de caráter não reprodutivo.

A economia escravista dependia, assim, de forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando, qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo,

se se reduziavam os preços abaixo de certo nível, o empresário não podia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Em tal caso, a unidade tendia a perder capacidade. Essa redução de capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento, dadas as razões já expostas. A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa.

Na segunda metade do século XVII, quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços se reduziram à metade. Contudo, os empresários brasileiros fizeram o possível para manter um nível de produção relativamente elevado. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira. O sistema entrou, em consequência, numa letargia secular. Sua estrutura preservou-se, entretanto, intacta. Com efeito, ao surgirem novas condições favoráveis, no começo do século XIX, voltaria a funcionar com plena vitalidade.